Participação coletiva marca Assembleia Estadual da Celesc

Estiveram presentes no evento cerca de 400 eletricitários e dois deputados estaduais de SC

Assembleia Estadual dos trabalhadores da Celesc, ealizada dia 30 de julho, em Itajaí, demonstrou a força e a garra dos eletricitários para defender a Celesc pública e os direitos conquistados no Acordo Coletivo de Trabalho.

A mobilização da categoria superou a madrugada chuvosa e fria, trazendo trabalhadores que viajaram de todos os lugares do Estado dispostos a contribuir com os debates em prol do fechamento da pauta de reivindicações do ACT 2011/2012.

Nesse ano, em homenagem à imagem do bom pescador de Itajaí, o Urbaninho foi desenhado em plena pescaria na arte da camiseta da Assembleia.

A abertura da Assembleia contou com uma bela apresentação cultural, onde músicos de Itajaí tocaram e cantaram o tradicional chorinho. Logo após, os deputados estaduais presentes, Dirceu Dresch e Volnei Morastoni, falaram em defesa da manutenção da empresa pública, apontando o posicionamento contrário ao Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que o governador Raimundo Colombo enviou à Alesc.

Essa PEC busca alienar as ações da Casan, além de revogar os dispositivos constitucionais que obrigam o plebiscito para privatização da Casan e o debate democrático sobre as reformas estatuarias das empresas públicas de Santa Catarina na Assembleia Legislativa, abrindo

caminho para a entrega da Celesc ao comando dos acionistas minoritários, tal como a prática da mineira Cemig.

Deve-se lembrar que todas as lideranças da Assembleia Legislativa foram convidadas, independente do partido político, e aqueles que defendem a empresa pública estiveram presentes. Registra-se, também, a carta do líder do partido do governador, deputado Darci de Matos, encaminhada à coordenação da Intercel justificando a ausência por motivos de saúde e manifestando o compromisso em defesa da manutenção do Celesc sob controle estatal.

Além dos deputados Dirceu Dresch e Volnei Morastoni, os diretores da Celos eleitos pelos participantes, João Paulo de Souza e Arno Veiga Cugnier, discursaram contra a atitude do governador. O representante dos empregados no Conselho de Administração, Jair Fonseca, demonstrou sua indignação com as alterações propostas no processo de reforma estatutária em andamento na empresa. A Celesc precisa adequar o seu estatuto a algumas alterações obrigatórias do regulamento do nível 2 de governança corporativa da Bovespa e, mais uma vez, existem propostas na reforma que ameaçam a manutenção da Celesc pública.

Dentro das propostas está a alienação do poder de mando e controle da Celesc aos minoritários, retirando do governo do



Eletricitários lotaram o plenário, vestindo a camisa com a logo da campanha

Estado a responsabilidade pela administração da Celesc, assumindo para si as questões salariais referentes aos trabalhadores e os investimentos no sistema elétrico, deixando a diretoria com as mãos atadas, nada mais do que fantoches.

Depois dos debates políticos, a Assembleia de unificação da pauta de reivindicação do ACT foi iniciada, contando com mais de três horas de construção coletiva das cláusulas. A categoria participou ativamente e comemorou a arrancada para a campanha salarial e a disposição de lutar ainda mais para conquistar bons resultados. "O pessoal fez um esforço para estar aqui e isso mostra a capacidade dos sindicatos que compõem a Intercel de mobilização" comentou Sandro Gonçalves dos Santos, Diretor do Sintevi, sindicato anfitrião do evento. Ainda como parte da ordem do dia, os trabalhadores aprovaram as propostas de PLR 2011 e do Sistema de Compensação (box abaixo) encaminhadas pela empresa e, depois do almoço, participaram de um momento de confraternização que compensou o esforço e preparou o espírito para a jornada.

Confira as fotos da Assembleia Estadual p8

Trabalhadores aprovam PLR 2011 p2



CELESC

Trabalhadores aprovam PLR 2011

vada na Assembleia Estadual, tem como base os indicadores presentes no acordo de 2010. A relação entre linearidade e proporcionalidade permaneceu em 50% e os valores a serem distribuídos foram reajustados, sendo que isto não ocorria desde o acordo de 2008.

Os valores serão:

Valor mínimo R\$13.335.000,00

100% das metas R\$16.670.000,00

Valor máximo R\$20.000.000,00

A proposta de PLR 2011 apro- Sistema de Compensação

O acordo do Sistema de Compensação renovado na Assembleia Estadual respeita os critérios do acordo vigente, com a exclusão do parágrafo que condicionava a abertura das lojas de atendimento ao feriado bancário. Agora, nos feriados--ponte definidos no calendário da empresa, o atendimento também estará fechado, corrigindo uma injustiça imposta aos atendentes pela Diretoria anterior da Celesc quando da assinatura do primeiro acordo de compensação.



Serviço de linha viva precisa de revitalização!

Ocenário não é dos mais animadores. Caminhões com 30 anos de uso, ferramentas obsoletas, equipes incompletas ou terceirizadas. Essa é a realidade das equipes de linha da Celesc pelo estado. O que leva uma empresa que já foi referência nacional em trabalhos com linha viva estimar tão pouco esse tipo de servico?

Em um quadro de revisão constante dos indicadores de continuidade, apertando cada vez mais os prazos e quantidades de interrupção do fornecimento de energia elétrica, a postura da empresa deveria ser a de valorizar cada vez mais os cial, a Celesc tem que encarar a profissionais e a estrutura de linha reestruturação da linha viva como viva. Porém, essa prática não é a um investimento, e não como um realidade. Vários exemplos estão custo. A cada intervenção das nosespalhados por Santa Catarina.

ainda mais complicada. Em outras Celesc.

tantas Agências Regionais - como Florianópolis, Jaraguá do Sul e Mafra - o serviço de linha viva está totalmente terceirizado

A Intercel defende a internalização dos trabalhos de linha viva em todo o estado, com o devido reconhecimento dos empregados dessa função. É bom lembrar que o Grupo de Trabalho do adicional de função dos empregados da linha viva iniciará neste mês. Esperamos rapidez e dedicação de todos os envolvidos, sobretudo da empresa, no andamento dessa demanda.

Entretanto, além desse diferensas equipes com rede energizada Na Agência Regional de Rio do a empresa mantém o fornecimento Sul, por exemplo, existem empre- e o faturamento das unidades congados esperando há guase dois sumidoras em locais que, sem elas, anos por treinamento. E agora, sem estariam desligadas e gerando preo Cefa, essa situação tende a ficar juízos financeiros e à imagem da

Aumentar o número de cargos melhora a gestão dos processos?

Este mês, segundo e-mail encaminhado pela Celesc a todos os seus empregados, será feito um mapeamento de processo das novas Divisões criadas no DPGT (Departamento de Gestão Técnica), da Diretoria Comercial.

Criação de novas Divisões? Isso mesmo.

O DPGT, diferente do que foi realizado recentemente nas Agências Regionais, na famosa reestruturação com a "Carta Diretriz" de 2009, dobrará o número de Divisões. Passará de duas para quatro.

Avaliando as inovações tecnológicas no campo da telemedição, o que seria mais importante? Aumentar o número de empregados na área, capacitando os envolvidos nos novos processos ou aumentar o número de Gerentes? É necessária a criação de áreas distintas para a definição de novos processos?

A Intercel acredita que a criação de novas chefias não é a solução para a melhoria de Gestão na empresa. A motivação, a interação e a separação adequada de tarefas e responsabilidades entre os trabalhadores devem passar a ser o foco de uma empresa que busca um futuro pautado pela excelência.

Você tem fome de que?

O programa Você Tem Fome de Que?, veiculado quinzenalmente, às terças-feiras, sempre às 20 horas, pela TV Floripa, tem como objetivo discutir a saúde nas suas várias dimensões: social, política, cultural e econômica. É uma realização conjunta do Sinergia, Sindprevs e Sindaspi.

Para assistir ao programa, basta acessar o canal 4 da NET ou o site www.tvfloripa.org.br. Na última terça, o tema foi Promoção da Saúde e ainda pode ser assistido no site do Sinergia: www.sinergia.org. br. **Não perca!**



Privatização não é sempre solução

por Heitor Scalambrini Costa Professor da Universidade Federal de Pernambuco

Passados quase 20 anos desde o inicio das privatizações das distribuidoras de energia elétrica, já se pode fazer um balanço do que foi prometido; e realmente do que esta ocorrendo no país, com um primeiro semestre batendo recorde em falhas no fornecimento de energia elétrica em diversas regiões metropolitanas.

Desde então a distribuição elétrica é operada pela iniciativa privada. As distribuidoras gerenciam as áreas de concessão com deveres de manutenção, expansão e provimento de infraestrutura adequada, tendo sua receita advinda da cobrança de tarifas dos seus clientes.

A tão propalada privatização do setor elétrico nos anos 90, foi justificada como necessária para a modernização e eficientização deste setor estratégico. As promessas de que o setor privado traria a melhoria da qualidade dos serviços e a modicidade tarifaria, foram promessas enganosas. Os exemplos estão ai para mostrar que não necessariamente a gestão do setor privado é sempre superior ao do setor público.

Desde 2006 é verificado na maioria das empresas do setor uma tendencia declinante dos indicadores de qualidade dos serviços com sua deterioração, refletindo negativamente para o consumidor. A parcimônia da Agencia Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ante a decadência da prestação dos serviços é evidente. Criada no âmbito da reestruturação do setor elétrico para intermediar conflitos, acabou virando parte deles. A Aneel é cada vez mais questionada na justiça tanto por causa dos blecautes que ocorrem, já que não fiscalizam direito as prestadoras de serviço que acabam fazendo o que querem, como é questionada pelos reajustes tarifários.

Esta falta de fiscalização ilustra a constrangedora promiscuidade entre interesses públicos e privados dando o tom da vida republicana no Brasil. Os gestores da Aneel falam mais do que fazem.

O exemplo mais recente e emblemático no setor elétrico é a da

empresa AES Eletropaulo, com 6,1 milhões de clientes, que acaba de receber uma multa recorde de R\$ 31,8 milhões (não significa que pagará devido a expectativa de que recorra da punição, como acontece em quase todas as multas), por irregularidades detectadas como o de não ressarcimento a empresas e cidadãos por apagões, obstrução da fiscalização e falhas generalizadas de manutenção. A companhia de energia foi punida por problemas em 2009 e 2010, e devido aos desligamentos ocorridos no inicio do mês de junho, quando deixou as famílias da capital paulista e região metropolitana ficarem três dias no

O que aconteceu na capital paulista, não é exclusivo. Outras distribuidoras colecionam queixas de consumidores em todo o Brasil. Vejam o caso da Light, com 4 milhões de clientes, presidida por um ex-diretor geral da Aneel, com os famosos "bueiros voadores", cuja falta de manutenção cronica tem colocado em risco a vida dos moradores da cidade do Rio de Janeiro.

A Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), com 3,1 milhões de clientes, controlada pela Neoenergia, uma das maiores empresas do setor elétrico do país, também é outra das distribuidoras que tem feito o consumidor sofrer pela baixa qualidade da energia elétrica entregue, e pelas altas tarifas cobradas.

Infelizmente a cada apagão e a cada aumento nas contas de energia elétrica, as explicações são descabidas, e os consumidores continuam a serem enganados pelas falsas promessas de melhoria na qualidade dos serviços, de redução de tarifas e de punição as distribuidores. O que se verifica de fato, somente são palavras ao léu, sem correção dos rumos do que esta realmente malfeito. A lei não pode mais ser para inglês ver, tem de ser real, e assim proteger os consumidores.

Mostrar firmeza e compromisso público com a honestidade e com a eficiência é o minimo que se espera dos gestores do setor elétrico brasileiro.



O MUNDO ANDA TÃO **COMPLICADO**

Fatima Marlei Schossler Kafer Diretora do Stieec/Concórdia

Apesar dos esforços, é difícil acompanhar sem julgar.

Mas não julgar é a melhor atitude.

Ver, registrar, compreender o mundo à nossa volta como ele é.

Pode não ser o ideal. Mas é o que temos.

O que tudo isso nos ensina?

Ensina que a covardia existe.

Que o anonimato cria uma falsa sensação de segurança para os covardes.

Que na hora que a coisa "aperta", muita gente espana e afina.

E botam a culpa nos outros.

Que todo culpado diz que tem alguém pior que ele, para diminuir sua responsabilidade.

Que todo criminoso descoberto se acha uma "vítima" de sua "ingenuidade"

Que é preciso ter "cojones" para falar alto o que se pensa. Que a inveja e o rancor são sentimentos

humanos lamentáveis, porém reais. Que não devemos nos calar diante das

injustiças. Que tem gente que não vale nada e espera

o outro delatar pra apoiá-lo. É o cara que apóia o delator com munição e histórias e lava suas mãos pra não se

Muitas operações são sigilosas, como as do cartão de crédito.

Sigilosas até a página 10, quando a polícia pede pra quebrar seu sigilo.

Todos os nossos passos são mesmos rastreáveis.

Falta pouco pra tudo ser público.

Então, a opção é de cada um.

Que apesar de tudo, temos que lutar por um mundo melhor, com pessoas

melhores.

"envolver".

Enfim, liberdade hoje é não ter segredos.

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Mylene Margarida (MTb/SC 00318 JP). Estagiário: Rafael Spricigo - Conselho Editorial: Leandro Nunes da Silva. Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: imprensa@ sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.





NEGOCIAÇÃO ELETROBRAS

ELETRICITÁRIOS EM ALERTA

(as) eletricitários(as) eram mais respeitados(as) no que se refere à pauta de reivindicações. Atualmente, a categoria vem sendo alvo da ação autoritária do Governo Dilma Roussef, que vem adotando as mesmas práticas dos governos autoritários e neoliberais de Collor e FHC. Ou seja, perseguindo os sindicatos por atos como o interdito proibitório e impondo o corte de ponto aos eletricitários(as) antes mesmo do fim do processo de negociação. O desconto poderia até acontecer, mas na maioria das vezes buscava-se uma alternativa para se impedir essa atitude extrema. Até porque, o exercício do direito de greve, além de legal, é legítimo. Se tem alguém que deve ser punido, são os que vem descumprindo a constituição e a lei de greve, enrolando a negociação, desrespeitando os trabalhadores e nal de comunicação com os(as) suas organizações de classe e fal- trabalhadores(as) tando com a palavra.

Eletrobras vinham participando das informativos sobre a mudança no discussões do ACT com a certeza de que, no mínimo, haveria debate sobre as suas reivindicações, com diálogo aberto e sem jogo de empurra-empurra. Foi por esse clima de respeito às regras democráticas temente, quando a Direção Grupo que as negociações transcorreram nos últimos anos. Hoje, infelizmente, a conjuntura mudou, e muito. Saíram de cena a democracia e movimentações do Governo Dilo diálogo com a categoria. O que ma e das direções das empresas,

Nos últimos anos, mesmo com se tem agora é o autoritarismo, pois do jeito que estão caminhando as discordâncias que havia a perseguição à categoria e aos as negociações não será surpreno processo de negociação, os sindicatos, a ausência de um ca- sa que haja tentativa de punição



O Coletivo Nacional dos Ele-Os(as) trabalhadores(as) da tricitários vem alertando em seus tom de negociação do ACT deste ano. Para se ter uma ideia, só na época da ditadura militar as discussões eram interrompidas de forma unilateral, como aconteceu recen-Eletrobras afirmou que a proposta era aquela e mais nada poderia ser feito. O CNE está atento a todas as

aos(as) trabalhadores(as), aos dirigentes sindicais e a demissão destas lideranças. Tudo com o intuito da campanha.

de intimidar os(as) eletricitários(as) na luta por um ACT justo.

Os(as) trabalhadores(as) esperam e desejam que a reunião de negociação de amanhã (sexta-feira), apresente mudança na postura das direções das empresas do grupo Eletrobras que tem sido omissa e subserviente nesse processo. Todavia, pelo histórico da negociação deste ano, onde alguns dirigentes não têm honrado os compromissos firmados com os representantes dos(as) trabalhadores(as), temos que estar preparados e mobilizados para empreender uma longa jornada de lutas, caso não aconteçam os avanços esperados, em especial no que tange ao ganho real nos salários, dentre outros pontos. As paralisações anteriores foram somente o início da luta, pois, mobilizados e unidos podemos muito mais. O CNE. e os demais sindicatos que compõem a Intersul, orientam que os eletricitários permaneçam em alerta e participem ativamente dos próximos passos

Calendário de Negociação Data base Eletrosul/Eletrobras

03/08 – 10h – Ato Publico em frente ao palácio do Planalto.

04/08 – 09h – Debate sobre Concessões do Setor Elétrico.

04/08 – 14h – Reunião de preparação do CNE, em Brasilia.

05/08 – 09h – 4ª Rodada de Negociação, em Brasilia.

05/08 – 14h – reunião de avaliação e encaminhamentos.

08/08 – Início das assembleias de informes e encaminhamentos.

Diretores, deuses e delírios

Não é de hoje que algumas pessoas, depois de atingirem certo status social e ver seus desejos e/ou fetiches atendidos por um grupo de bajuladores que os cercam, acreditam ser capazes de realizar qualquer feito. Tamanha pode ser a disfunção mental que alguns poderosos, ao longo da história, chegaram a se intitularem deuses.

Felizmente, ou infelizmente para quem sofrerá as consequências de tais déspotas, existe uma realidade objetiva que limita os devaneios às contingências econômicas e logísticas, por vezes tão reais quanto duras. Claro que isso não é uma preocupação do ditador. Ele não precisa conversar nem debater, tampouco se preocupar. Seu status social e sua rede de contatos lhe garantirão uma aposentadoria confortável, mesmo que milhares rizado? Como tem sido a experiência dos(as) de pessoas sofram por conta de suas ordens le- empregados(as) com os projetos e serviços dos recebem os maiores salários? São necessárias vianas. Se der certo ele escreve seu nome na história, senão... Bem, alguém pagará a conta.

Fazendo um paralelo com o que vem acontecendo na Eletrosul, não se pode aceitar, e muito menos concordar, com a nova política de operação que está sendo imposta pela diretoria, à revelia de cláusula de acordo coletivo nacional e do que foi acordado em ata/compromisso com os sindicatos integrantes da Intersul. No mínimo, entre outros questionamentos já feitos e em várias instâncias (audiência pública na câmara de vere-

adores de Itá e na assembléia legislativa de Mato Grosso do Sul, denúncia no Ministério Público do Trabalho e na ANEEL) é preciso exigir explicações básicas de como será feito esse "sonho de automação"

Diante dos fatos, é salutar que se pergunte: como está a TI (Tecnologia da Informação na operação da Eletrosul? Como estão sendo as implantações de projetos como o da SIG – Consist, como o de automação da manutenção? Como será o processo quando uma subestação cair? Será aberto um SIN (Serviço de Informática) e se aguardará na fila? As dúvidas não param por aí. Quantos trabalhadores irão operar e manter a estrutura de telecontrole? Ou será tudo terceidepartamentos que hoje mantém a TI na Eletrosul? Por fim, e não menos importante, seguem de ser criadas? Como os dirigentes/executivos de outras perguntas: Nós queremos uma empresa voltada para a rentabilidade máxima ao acionista, com um quadro reduzido de pessoal e com um mínimo de custos com a mão de obra? Uma em- mento? presa atendendo a voracidade do mercado, com lucros extorsivos e à revelia do interesse maior da sociedade?

Na Eletrosul, o que se observa é que a mesma "pretensão" que a Diretoria tem de "reduzir" o cus-

to operacional não é aplicada quando se trata dos gastos com as acomodações políticas. Basta observar a reestruturação da empresa que foi anunciada recentemente e feita com claro objetivo de atender interesses partidários. Para politicagem não importa o custo, e o trabalhador é quem paga a conta, resta saber quais trabalhadores irão pagar dessa vez, ou irão reduzir ainda mais os operadores? Que hipocrisia!

Ironias à parte, mas dado que já existem inúmeros sistemas de apoio à tomada de decisão (Business Inteligence, Balanced Scorecard e os próprios módulos gerenciais do SIG - ERP), alguns trabalhadores perguntam: por que não começar a redução de gastos e a automação pelos diretores da Eletrosul, afinal não são estes os que tantas assessorias na empresa, e que não param multinacionais adoram dizer (e assim tem atuado a diretoria da Eletrosul), não seriam essas as medidas que dariam um bom retorno de investi-

Com base em informações dos que conhecem o assunto, e abstraindo os devaneios de alguns subservientes, a nova política de operação da Eletrosul pode dar com "os burros na água". Parece que é só uma questão de tempo.

POLITICA DE OPERAÇÃO

ANEEL FARÁ NOVA FISCALIZAÇÃO NA ELETROSUL

s sindicatos que compõem a Intersul protocolaram na Aneel, em 13 de iulho, denúncia contra a nova política de operação da Eletrosul, solicitando uma reunião para tratar do tema. O pedido de reunião foi atendido e a mesma realizada na última segunda feira (01/08) em Brasília.

A reunião foi coordenada pelo Superin- mais críticos. tendente José Moises Machado da Silva acompanhado de uma equipe de 3 fiscais da Agência. Representando os trabalhadores participaram o Presidente da FNU, Franklim Moreira, Sérgio Fonseca, da Intersul e Daniel Passos, assessoria econômica da Intersul.

tendente e sua equipe acompanhou com atenção o relato da Intersul sobre os últimos acontecimentos na Eletrosul em relação à área de operação. A Intersul relatou o histórico da política de operação, as contradições da apresentação da empresa jus-

tificando a nova política, os efeitos sobre fiscalização da Aneel em outras empreos trabalhadores e a conseqüência disso na própria segurança do sistema. O que chamou mais a atenção do Superintendente foram os fortes indícios de incapacidade técnica da Eletrosul para adotar a nova política de operação, ampliando os riscos

A farta documentação anexada na denúncia chamou a atenção da Aneel, tendo em vista que não havia apurado tais fatos em fiscalização anterior. Diante da contundência da apresentação feita, a Superintendência determinou a realização de nova fiscalização na empresa A reunião durou 3 horas e o Superin- para apuração dos fatos relatados nas denúncias além de outros que considerar pertinente. Além disso se comprometeu, lizando-os por queda nos resultados que em relação às denúncias, responder for- provêm exclusivamente da sua incompemalmente à Intersul após as verificações.

sas, chamando a atenção da Superintendência da necessidade de que as fiscalizações sejam também acompanhadas por dirigentes sindicais como forma de garantir a total transparência. O Superintendente não se comprometeu, mas no sistema, principalmente em momentos achou pertinente mudar as regras nesse sentido já que o desafio diante dos últimos acontecimentos no setor é realizar uma ação preventiva nas ações de fisca-

Com essa nova fiscalização da Aneel espera-se que a direção da Eletrosul não esconda os fatos e enfrente as consegüências das suas decisões. Agindo nas fiscalizações da forma como tem feito com os trabalhadores, responsabitência, será apenas mais um elemento a Na oportunidade o Presidente da FNU comprovar a incapacidade da direção em relatou alguns fatos não apurados em tratar com transparência os seus atos.

ATRASO EM OBRA COLOCA EM RISCO PAGAMENTO DA PLR NA ELETROSUL

A redução do lucro da Eletrosul em 2010, motivada pelo atraso da UH São João, que exigiu uma provisão contábil de R\$ 135 milhões, poderia ter reduzido o valor da PLR dos empregados da Eletrosul em quase 50%. Considerando que o lucro de R\$ 67 milhões fosse todo distribuído em forma de dividendos, em função da CCE – 10, limitaria o montante da PLR a aproximadamente R\$ 16 milhões. No entanto, o valor da PLR distribuído, segundo a empresa, foi de R\$ 30,2 milhões.

Por que não houve redução da PLR?

O que "salvou" a PLR dos empregados da Eletrosul foi o acordo nacional, tão criticado em um passado não tão distante por alguns sindicatos. No acordo está previsto que se o lucro da holding Eletrobrás for suficiente para pagar as duas folhas de todas as empresas do grupo, independente do lucro ou prejuízo de alguma empresa, seus empregados receberão a PLR.

De quem seria a responsabilidade?

Pelo menos duas questões saltam aos olhos neste episódio:

A primeira é que tem que acabar, urgentemente, a limitação da CCE – 10, que obri-1,00 pago em PLR.

A segunda é a obsessão que predomina na diretoria da Eletrosul, sob o comando do Sr. Mescolloto, de "gerar a gualquer custo". O custo dessa obsessão foi a redução do lucro de R\$ 214,4 milhões em 2009, para R\$ 67,6 milhões em 2010.



Ilustração - Frank Maia

Os prejuízos da UHSJ não ficam somente nos 135 milhões contabilizados como provisões, por que não estão contidos nesse valor os gastos com o canteiro de obra que há dois anos era para terem acabado, nem o que a empresa deixa de faturar com a energia que já poderia estar sendo comercializada durante esse período.

Na esteira das apostas erradas vem as concessões das PCH's que, das 10 compradas seis já foram perdidas, duas estão no mesmo

> caminho e as duas que estão em construção, a de João Borges está em fase inicial e a de Barra do Rio Chapéu está com a obra parada com sérios problemas de projeto e sem indício de retomada.

> Quanto às PCH's ficam os seguintes ques-

- quanto custaram as concessões perdidas?
- quanto foi gasto no desenvolvimento desses projetos?
- quanto está sendo gasto com as obras paradas?
- qual o prejuízo total dessa aventura para a

Temos certeza que se estes números forem desvendados, compreenderemos o porquê de a empresa ter seu lucro tão reduzido de um

ga as empresas a distribuírem R\$ 4,00 em dividendos para cada R\$ exercício para outro e haverá diretor com a sua tão propagada competência técnica questionada.

> Será que essa conta também vai ser creditada aos "altos custos com a operação" e servirá para intensificar ainda mais o processo de automação e redução de postos de trabalho?

> > Fonte: Boletim Intersul 088



Puxa um, vem...

Você iá ouviu a expressão "balaio de siri"? Quando você puxa um siri vem uma penca. Essa expressão pode ser adotada, literalmente, para o caso que descreveremos a seguir.

ogo depois da publicação da matéria sob o título "Intercel denuncia irregularidades", na última edição do LV. ■um leitor atento entrou em contato com a redação e nos informou de outro pormenor escondido na mesma nota. A referida empresa NUNCA foi optante pelo simples. Para confirmar essa afirmação, basta lançar o CNPJ da empresa no site da Receita Federal (http://bit.ly/8q7lQ7). Esse deveria ser um procedimento comum para quaisquer notas que sejam lançadas para pagamento. Somente após consulta o pagamento poderia ser liberado. O carimbo está bem legível no centro da nota. Portanto, aparentemente o procedimento foi ignorado. Isso não caracteriza sonegação?

Na semana passada, a Intercel publicou a denúncia solicitando o pronunciamento da Celesc, referente a transações, no mínimo curiosas, envolvendo a empresa LMA Telecomunicações. Essa empresa é apenas o primeiro siri do balaio. E outros mais estão por vir. O segundo, que veio pendurado, é a empresa Luciano de Oliveira Borges ME. Curiosamente, prestou, no mesmo mês de janeiro, três serviços de descrição vaga.

No dia 28 de dezembro de 2010 foram lançados no Sistema SAP serviços chamados de "serviços gerais de remanejamento", nos valores de R\$12.110.00, R\$15.310,00 e R\$13.150,00. Assim como ocorreu com a primeira empresa, com mesma data e pelo mesmo funcionário, que habitualmente não realiza este tipo de serviço. Remanejamento de onde para onde? Sem detalhamento e, novamente, com notas sequenciais pagas num único montante de R\$ 47.597,43.

A Lei 8666, de 1993, em seu Art 23° Parágrafo 5°, veda esse procedimento. O fracionamento caracteriza-se quando se divide a despesa para utilizar modalidade de licitação inferior à recomendada para a legislação para o total da despesa, ou para efetuar compra direta. Na Celesc o limite é de R\$ 16.000,00. Curiosamente, os valores da LMA Telecomunicações eram R\$ 12.910,00, R\$ 13.760,00, R\$ 15.130,00 e R\$ 14.150,00. Existe comprovação que estes serviços foram executados? Quem era o gestor dos contratos? Por

A empresa LMA **Telecomunicações** é apenas o primeiro siri deste **balaio**

que não foi apresentado, até agora, um responsável?

Consultando o sistema SAP percebemos que mais da metade dos serviços executados pela empresa, para a Celesc, foram em caráter emergencial. Quase uma empreiteira da Defesa Civil. Em 9 de janeiro de 2009, prestou serviços emergenciais em Itajaí e Criciúma, no montante de R\$ 47.597,43. Em 24 de março de 2009, serviços emergenciais, novamente, durante uma enchente. E, o melhor de todos, serviços de engenharia para projetos na rede básica. (Entraremos em detalhe no próximo Linha Viva).

Duas das empresas possuem o mesmo sócio majoritário

Gostaríamos de saber o nome do engenheiro do corpo técnico, responsável pelo serviço, pois, assim como a sua coirmã. ela não possui cadastro perante o sistema CREA-CONFEA. E o serviço também fora estornado. Quais as razões do estorno?

As irregularidades na atualização do cadastro da Luciano de Oliveira Borges ME se repetem. Faltam documentos; a data em que foram emitidos os pareceres cadastrais, no mesmo dia e següenciais, até nos números de protocolo, 913948 e 913949, como mostra a imagem ao lado. Em comum, a avalanche de itens pendentes, dando-nos a impressão de que as pastas foram entregues em branco. Foram protocoladas e aprovadas no mesmo dia – 29 de dezembro de 2010.

Perante a Junta Comercial, ambas empresas tem exatamente o mesmo objeto: comércio varejista de máquinas e equipamentos de comunicações, obras de alvenaria, pintura e acabamentos, obras de urbanização de praças, ruas e calçadas, instalação e manutenção de rede elétrica, rede telefônica e de informática. O endereço também é residencial. Chamamos à atenção para o fato de duas empresas de pequeno porte, com uma grande gama de serviços prestados, possuir o mesmo sócio majoritário.

Em uma rápida busca no Google, constatamos que a empresa participou e perdeu uma única licitação para a construção de um muro na câmara de vereadores de Laguna (http://bit.ly/gwo9Au).

Coincidentemente, as últimas datas de pagamento vem de encontro com a mudança de toda a diretoria da Celesc, que já se pronunciou sobre o caso mostrando interesse na solução e dando um prazo para o final dos trabalhos da auditoria.

Até lá, a Intercel publicará uma matéria por semana, apresentando fatos para esclarecer a sociedade, torcendo para que estes não se tornem uma saborosa Pizza de Siri, prato comum na região de Laguna.



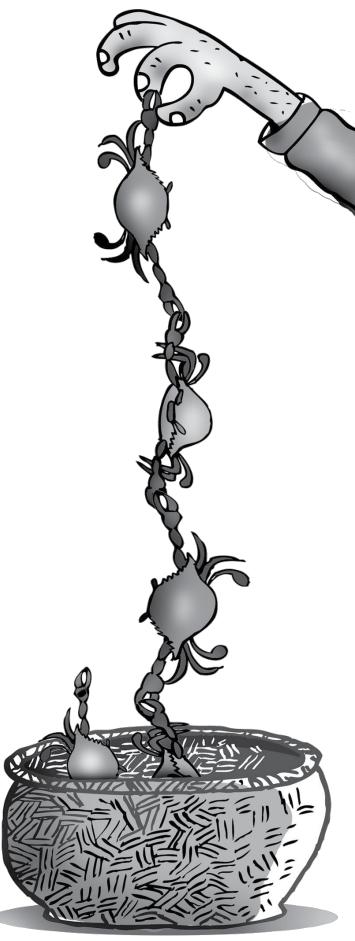


Ilustração - Frank Maia

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENV. ECONÓMICO SUSTENTÁVEL JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC

Página: 001/001 CERTIDÃO SIMPLIFICADA mercial e são vigentes Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Con na data da sua expedição L.M.A TELECOMUNICACOES E EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME Natureza Juridica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA Data de Início Data de Arquivamento do Número de Identificação do Registro de de Atividade Ato Constitutivo Empresas - NIRE (Sede) 20/09/2007 27/09/2007 09.087.866/0001-56 42 2 0399529-0 Endereço Completo (Logradouro, № e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) RUA DOLVINO CUSTODIO GEREMIAS, 94-SALA, PORTINHO, LAGUNA, SC, 88.790-000 COMÉRCIO VAREJISTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO; OBRAS DE ALVENARIA, PINTURA E COMERCIO VAREJISTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO; OBRAS DE ALVENARIA, PINTURA E ACABAMENTOS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO, RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDE ELÉTRICA, TELEFÓNICA E DE INFORMATICA. Prazo de Duração Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte Capital: R\$ (Lei nº 123/2006) (DEZ MIL REAIS) Capital Integralizado: R\$ (DEZ MIL REAIS) Término do Mandato Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Adr Participação no capital (R\$) Espécie de Sócio XXXXXXXXX Nome/CPF ou CNPJ 9.000,00 SOCIO MARIA APARECIDA ALVES SOARES 041.462.409-21 ANTONIA ALVES SOARES 771.478.989-15 Situação REGISTRO ATIVO Último Arquivamento Número: 20100143156 Data: 26/04/2010 Ø Status XXXXXXXXXXXXXXXX Ato: ALTERAÇÃO Evento (s): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL

DPSU/DVPS

Habilitação de Fornecedores

PARECER DE HABILITAÇÃO CADASTRAL

A Comissão de Habilitação de Fornecedores CHF, analisando a documentação anexa e, de acordo com a Legislação vigente (Lei 8.666 e Habilitação e Contratação do Setor Elétrico Nacional), resolve apr

FORNECEDOR: WCIAND DINGIRA BORGES ME VALIDADE: 39 112 11 PASTA:

Conferência d FIC atualizada	K
Declaração menor	PEND.
Contrato social	Cust
Procuração (assinaturas)	-
Cadastros (outros docs)	-
Certidão Simplificada JC	PENJ
Declaração Enq ME/EPP	
Confirmação ME/EPP	-
CNPJ	Pedil
CND Federal	
CND Estadual	/
CND Municipal	1
CND INSS	PEND
CND FGTS	
CND Falência	PEND
Balanço	6039
Atestados	PEND
Certidão PJ (CREA)	
NP (Combustivel)	CO RIVERS

IQEF/Ano	
Nr. Pasta	-
Protocolo	
Razão Social	
AND DESCRIPTION OF THE PERSON NAMED IN COLUMN 2 IS NOT THE OWNER, THE PE	-
Categ/Objeto (Gr /subgrupo)	-
Capital Social	
Endereço	
Fone / Fax / e-mail	
Representante	
Histórico	
Data vencimento CRC	
Situação fornecedor	
Disponibilização na internet	

Check list para emitir o CRC

■ Identificação do Contribuinto

Nome Empresarial: L.M.A TELECOMUNICACOES E EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME

■ Situação Atual

Celesc

Situação no Simples Nacional : NÃO optante pelo Simples Nacional

Situação no SIMEI: NÃO optante pelo SIMEI

■ Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: Não Existem

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: Não Existem

■ Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: Não Existem

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENV. ECONÓMICO SUSTENTÁVEL JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC CERTIDÃO SIMPLIFICADA Página: 001/001 Nome Empresaria Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO Número de Identificação do Registro o Empresas - NIRE (Sede) 42 1 0312390-8 03/09/200 RUA PADRE LUDGERO LOCKES, SN - CASA, CENTRO, JAGUARUNA, SC. 88.715-000 COMERCIO VAREJISTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES; OBRAS DE ALVENARIA, PINTURA E ACABAMENTOS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO, RUAS PRAÇAS E CALÇADAS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDE ELETRICA, TELEFONICA EDE INFORMATICA. (DEZ MIL REAIS) Microempresa Situação REGISTRO ATIVO Data: 18/09/2007 Ato: ALTERAÇÃO Evento (s): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL Identidade: 2.002.619.55P/S/ CPF: 607,121,809-82 Habilitação de Fornecedores

ist para emitir o CRC

(Gr /subgrupo)

nto CRC

PARECER DE HABILITAÇÃO CADASTRAL

ição de Fornecedores CHF, analisando a documentação anexa e, de acordo com a ação vigente (Lei 8.666 e Habilitação e Contratação do Setor Elétrico Nacional), resolve aprovar, até a da, a inscrição no Registro de Cadastro de Fornecedores da CELESC, de

ORNECEDOR: L.M. A TELE COMUNICACIÓES NF: 101.2217

VALIDADE: 28 1 12 1 2011 PASTA: PROTOCOLO: 913949

Conferência d	ocumentos:	Check I
FIC atualizada	OK	IQEF/Ano
Declaração menor	PENDENTE.	
Contrato social	Pendente (nutertico)	
Procuração (assinaturas)		Nr. Pasta
Cadastros (outros docs)	AND SERVICE AND SERVICE	Protocolo
Certidão Simplificada JC	Pendente	
Declaração Enq ME/EPP	DK	cal stellerses
Confirmação ME/EPP	DN	Razão Social
CNPJ	Ok	Categ/Objeto
CND Federal	ok	Capital Social
CND Estadual	on	Capital Goola
CND Municipal	ph	
CND INSS	landente	Endereço
CND FGTS	Kndente	Fone / Fax / e
CND Falência	len den le	Representant
Balanço	Prodente	Histórico
		Data vencime
Atestados	Prudent	
Certidão PJ (CREA)	Pendente.	Situação forne
ANP (Combustivel)		Disponibilizac

14.363,00 BRL PAG. FORNECEDOR 22.01.2009 22.01.2009 14.363,00 BRL AQUIS: MAT. INST. SIST. DE COMUN. CPE PROJ. 822 - NEI 25 18.12.2008 31.12.2008 47.597,43 BRL Proposta de Pagamento 26.02.2009 26.02.2009 10.455,00- BRI Serviços Emergenciais - Ag. Criciuma 12.01.2009 20.02.2009 24.276,00- BRL Serviços Emergenciais - Ag. Criciúma 12.01.2009 20.02.2009 12.866,43- BRL Serviços Emergenciais - Ag. Itajaí 09.01.2009 20.02.2009 17.174,20 BRL Proposta de Pagamento 03.03.2009 03.03.2009 17.174,20 BRL Lançamento de cabos - DPTA 25:02:2009 26:02:2009 26.528,01 BRL Proposta de Pagamento 16.04.2009 16.04.2009 26.528.01- BRI Serviço de engenharia para projetos básicos 24 03 2009 14 04 2009 40.189,99 BRL 20091124-PBB02 24.11.2009 24.11.2009 26.225,99- BRL servico de recup. sist. ods 3001340 23.11.2009 23.11.2009 13.964,00- BRL manutenção recup. sistem. ods 3001340 23.11.2009 23.11.2009 14.121,70 BRL 20101018-PBB01 18 10 2010 18 10 2010 14.121,70- BRL serviço de programação de módulos de dados e voz 29.09.2010 30.09.2010 54.220,00 BRL 20110111-PBB09 @ 0000 11.01.2011 11.01.2011 13.650,00- BRL manutenção de central NEAX 28.12.2010 30.12.2010 12.110.00- BRL serviços gerais de remanejamento 28:12.2010 30.12.2010 15.310,00- BRL serviços gerais de remanejamento 28.12.2010 30.12.2010 13.150,00- BRI serviços gerais de remanejamento 28.12.2010 30.12.2010 26.528,01- BRL Serviços emergenciais Ag. Criciúma - Enchente 24.03.2009 13.04.2009 26.528,01 BEL Serviços emergenciais Ag. Criciúma - Enchente 24.03.2009 13.04.2009 23.559,01- BRL Servico de enegenharia projeto básico 24.03.2009 14.04.2009 23.559,01 BRL Serviço de enegenharia projeto básico 24.03.2009 14.04.2009 26.225,99- BRL servico de recup sist. vendaval ods3001340 08.10.2009 23.11.2009 26.225,99 BRL servico de recup sist, vendaval ods3001340 08.10.2009 23.11.2009





FOTOS DA ASSEMBLEIA ESTADUAL CELESC

